

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Discente: Atos da Silva Pires

Docente: Prof.^a Dr.^a Madalena Maria Schlindwein

Bioeconomia e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

Introdução

A Teoria econômica trata da sistematização conceitual dos fenômenos e processos econômicos. Portanto, aborda a reconstrução abstrata da realidade econômica, utilizando-se de métodos de sondagem. A teoria econômica busca as determinações elementares dos fenômenos econômicos, escrutinando e destacando o que há de fundamental. Seu papel é de extrema importância em termos de interpretação dos fenômenos econômicos e seus impactos, pois estuda o processo de tomada de decisão, considerando os possíveis usos alternativos para a sociedade da riqueza, nas perspectivas da produção, distribuição, circulação, *acesso* e consumo de bens e serviços. Bem como na formulação de respostas aos problemas econômicos surgidos em cada etapa do desenvolvimento social.

Temas como crescimento e desenvolvimento econômico, meio ambiente e sustentabilidade figuram entre os assuntos que induzem inúmeros debates, ora como fator, ora como fato. Neste sentido cabe desenvolver alguma reflexão e de forma colaborativa fomentar discussões.

O Desenvolvimento Econômico em três *tempos*

O estudo do desenvolvimento econômico partiu da constatação da relativa desigualdade, por um lado, os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de desenvolvimento social por amplas camadas da população, e, de outro lado, aqueles que não promoveram o processo industrialização (ou de forma incipiente) e por isso acumulam índices de pobreza e elevados níveis de bem-estar material.

Inúmeros teóricos lançaram olhares sobre a realidade do (sub)desenvolvimento econômico, dentre eles destacamos Amartya Sen, Celso Furtado e Nali de Jesus de Souza. Neste sentido cabe apresentar, ainda que de forma superficial, as contribuições plasmadas nas respectivas *visões*, e aqui denominadas *tempos*, nos termos do que se seguirá.

Primeiro tempo: Amartya Sen

Amartya Sen (teórico-empírico), em sua clássica obra *O Desenvolvimento como Liberdade*, promove análise *sui generis* sobre desenvolvimento econômico, com olhar para o mundo, movendo em sentido oposto às perspectivas que destacam ou limitam-se aos aspectos relativos crescimento econômico (variáveis macroeconômicas). Detalhando e ampliando, trata de apresentar, analisar e defender uma abordagem singular de desenvolvimento. Percebido como um processo de incremento das liberdades materiais, substantivas ou orgânicas dos indivíduos em termos de fruição. Onde o enfoque das liberdades humanas contrasta com outras visões (na opinião do autor: “restritas”) de desenvolvimento, notadamente representados em formulas ou modelos estritamente econômicos. Utilizando-se de uma perspectiva em que a liberdade é analisada em termos avaliativos, descritivos e preditivos. E ainda, suas implicações para a análise de políticas públicas (*Policy*) e suas relações econômicas, políticas (*Politics*), sociais e institucionais. Para tanto requer uma compreensão integrada dos atores e seus respectivos papéis, notadamente as operações de mercado (em um sistema de trocas voluntárias), administração pública, organizações não governamentais, agentes e partidos políticos, mídia e comunidades em geral.

Segundo tempo: Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado é reconhecido como artífice do pensamento social brasileiro em termos econômicos e também o principal representante da corrente nacional-desenvolvimentista, que caracterizou o Brasil durante a década de 50 (século passado), portanto a aceitação das teorias *furtadianas* contempla ao menos três elementos: um de cunho eficaz, outro eficiente e mais o de originalidade. As principais abordagens de seu método é o estudo da dependência, especialmente na América Latina, de um ponto de vista da economia *intra* e *extramuros*, considerando o paradigma em termos de economia mundial e a especificidade da dinâmica dependente e manutenção da dominação. E ainda a perspectiva histórica para explicar as raízes estruturais do subdesenvolvimento e recaindo no interior do próprio sistema capitalista a oportunidade (diretrizes) de superação desse estado de coisas.

Não é tarefa simples interpretar o pensamento de Celso Furtado, seja por sua diversidade temporal, seja pela amplitude, interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade imanente, pelo aspecto produtor epistemológico, entre outros. Investigar seus *insights* é adentrar nos fundamentos do pensamento histórico econômico, especialmente o brasileiro e o latino-americano. Suas ideias despertam interesse intelectual na medida que proporciona resgate sua contribuição, demonstra a dimensão e densidade teórica de seu pensamento.

Terceiro tempo: Nali de Jesus de Souza

O autor se debruça sobre uma miríade de elementos relacionados às teorias e estratégias afetos ao desenvolvimento econômico, de modo a sintetizar os principais fatores do desenvolvimento e sua generalização para o conjunto dos países em situação de atraso econômico.

A aproximação nos tempos

Ainda que de forma simplificada, é possível identificar nas três visões a preocupação com a condição humana, na perspectiva econômica, social, política e ambiental. Seja na perspectiva individual, social ou cultural, seja como grupo, classe ou casta, seja como critério de etnia ou “raça”, ou mesmo considerando o tempo e espaço. Do mundo para o local ou do local para o mundo, os problemas ainda que considerados suas especificidade, em termos amplos e gerais possuem características homogêneas, a *verossimilhança* é um termo apropriado. Estes estudos ainda que diferidos em termos de tempo e espaço são extremamente relevantes para entender nossos dias.

Crescimento Econômico vs. Desenvolvimento Econômico

Crescimento Econômico pode ser entendido como o incremento da capacidade produtiva da economia (produção de bens e serviços). É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. Dito de outra forma é o incremento contínuo nos índices de produção de riqueza interna ainda que haja aumento nas taxas de crescimento populacional. Seja pelo crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional (investimento ou poupança) e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Portanto, um bom desempenho econômico em termos de índices favoráveis e crescentes é condição necessária, mas não suficiente para o processo de promoção de *Desenvolvimento Econômico*. Neste sentido, desenvolvimento em termos econômicos é mais que crescimento. É a progressiva superação (redução significativa) de um sistema indesejável nas relações econômicas, sociais, financeiras, políticas e culturais. Ainda que haja taxas crescentes de crescimento econômico.

O Agronegócio e suas interações

O *Agronegócio* é o modelo agrícola técnico-científico em ampla expansão no país, tem origem a partir da segunda metade do século XX, promovendo transformando significativas em termos econômicos, sociais e ambientais. Como é de conhecimento geral o Brasil é um expoente mundial neste setor.

O agronegócio está relacionado às *commodities*, mas obviamente não se confunde com elas. Nas relações comerciais internacionais, o termo *commodities* aproxima-se de um tipo

específico “mercadoria”. Esta especificidade leva em conta o seu estado bruto ou primário de importância comercial, como é o caso da soja, do milho, do café, etc.

Bioeconomia e agronegócio estão intimamente relacionados. De um lado temos as relações axialmente consideradas, por outro a transversalidade das relações. Ambas contemplam um padrão de produção industrial baseado no uso de recursos biológicos, buscando a apresentar respostas e soluções sustentáveis para os sistemas de produção. Apresentando alternativas aos modelos hegemônicos baseados em recursos fósseis, limitados no médio e longo prazo, não renováveis e que produzem elevados impactos negativos.

Temas como *Agroecologia* e *Sustentabilidade* podem ser considerados construções recentes, e mais que isso, sensíveis e estratégicas. Aquela trata em suma do conjunto de conhecimentos e práticas sistematizados, que incorporam princípios ecológicos e valores culturais. Já essa, segunda a doutrina, teve sua origem em meados da década de 70 do século passado e atualmente é amplamente utilizado como sinônimo de defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar, etc., transcendendo inclusive a área de conhecimento que lhe deu origem. Sendo notadamente aplicado no mundo empresarial, no setor estatal e do trabalho, por exemplo.

Sobre temas sensíveis, a *Segurança Alimentar*, em várias partes do mundo, desperta atenção e tensão, pois trata do comprometimento da *Soberania alimentar*. Amartya Sen em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* bem aborda o tema, dentre outros. Percebe-se a persistência de um padrão de dependência e exploração (imposto ou que se impõe), ainda que haja tecnologia suficientemente desenvolvida para reduzir a fome no mundo de forma significativa. A ausência de liberdade econômica e política, a utilização concentrada de grandes extensões de terras nos países em desenvolvimento e o trabalho precarizado, por exemplo, são fatores limitantes ao exercício da plena cidadania.

Na *cadeia produtiva*, em especial no agronegócio, como o conjunto processos articulados e progressivos de atividades econômicas ao qual um produto está vinculado. A *Economia Circular* justifica-se pela escassez dos recursos naturais, pelo aumento e volatilidade dos preços de algumas matérias-primas e pela perspectiva da pressão populacional. O modelo de Economia Circular impacta positivamente em termos ambientais, promovendo a sustentabilidade.

Uma das grandes polêmicas imaginária (ou *parologismo* induzido) é o da dicotomia maniqueísta de uma suposta competição entre produção de alimentos e *Biocombustíveis* (produção de energia). O sistema de produção de biocombustíveis (etanol, óleo diesel vegetal, álcool etc.) de fato pressupõe uma “competição”, pois é tema de importância comercial e

mesmo estratégica em termos de soberania. Contudo, já é realidade a estruturação de sistemas produtivos que conciliem (não exclusão) a produção de energia e a produção de alimentos.

Em termos de consolidação de formas sustentáveis de aproveitamento e uso da energia (Biomassa e Bioeletricidade, entre outras), busca-se a soberania energética onde a produção de energia deva ser um subproduto da produção de alimentos e ter como objetivos centrais a autonomia energética. Portanto, busca atender as necessidades energéticas locais, regionais e os possíveis excedentes para as necessidades nacionais, mediante sistemas diversificados de produção.

Assim os sistemas produtivos devem estar em conexão e baseados em sistemáticas eficientes e competitivas, e considerando suas limitações e possibilidades. Abre-se desta forma possibilidades de promoção da biodiversidade pelo resgate, preservação e ampliação diversidade biológica.

E finalmente, nunca se deve perder de vista o fator humano, a diversidade cultural, o devido tratamento e respeito aos costumes, formas de vida e sistemas culturais em todas as suas formas de representação e expressões (comunicação).

Referências

CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOPPE, Hans-Hermann. Uma breve história do homem: progresso e declínio. LVM Editora, São Paulo, 2018.

SANDONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. Editora Best Seller, São Paulo, 1999.

SEN, Amartya Kuma. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

